



Perfil Socioeconômico do Município de Taquaruçu do Sul/RS

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local

Rodeio Bonito/RS

Dezembro de 2019

C837 Costa, Nilson Luiz et al.

Perfil Socioeconômico do Município de Taquaruçu do Sul/RS: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local / Nilson Luiz Costa, Gabriel Nunes de Oliveira, Claudio Eduardo Ramos Camfield, Enio Giotto, Saionara da Silva, Júlia Laize Bandeira Calgaro. - Palmeira das Missões/RS, 2019.
36 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2019.

1. Aceleração Regional. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. 5. Cooperação. I.Costa, Nilson Luiz. II.Oliveira, Gabriel Nunes de. III.Camfield, Claudio Eduardo Ramos. IV.Giotto,Enio. V.Silva,Saionara da. VI.Calgaro,Júlia Laize Bandeira.

CDU 338.1



Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eugenio Poltronieri (Presidente)
Angelita Marisa Cadoná (Vice-Presidente)
Giovana Giacomolli
Gustavo Pereira Fortes
Jocler Moresco
Leocácio Gallo Paloschi
Sérgio Luiz Triches
Valéria Maria Zanatta Senger
Walmor Liberalesso
Willian Jeferson Bez

CONSELHO FISCAL

Carlos Alberto Pinheiro
Ernilo Arteli Grellmann
Sergio Roberto Basso
Ronaldo Lima dos Santos
Tiago Gadonski
Valdomiro Tomazoni

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Girardi (Diretor Executivo)
Jaques Samuel dos Santos (Diretor de Operações)
Andre Zanon (Diretor de Negócios)

GERÊNCIAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Fernando Buriol (Gerente de Relacionamento)
Irajá Turchetto (Gerente Regional de Desenvolvimento)
Ronaldo Fagundes (Gerente de Ciclo de Crédito)



Universidade Federal de Santa Maria

REITORIA

Paulo Afonso Burmann (Reitor)
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

Campus de Palmeira das Missões

Rafael Lazzari (Diretor)
Adriano Lago (Vice-Diretor)

Campus de Frederico Westphalen

Arci Dirceu Wastowski (Diretor)
Igor Senger (Vice-Diretor)

Centro de Ciências Rurais (CCR)

Sandro Luis Petter Medeiros (Diretor)
Toshio Nishijima (Vice-Diretor)

**Programa de Pós-Graduação em
Agronegócios (PPGAGR)**

Nilson Luiz Costa (Coordenador)
João Pedro Velho (Coordenador Substituto)

**FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA
E CIÊNCIA - FATEC**

Thomé Lovato (Presidente)
Manoel Renato Teles Badke (Diretor
Financeiro)
Jeferson de Souza Flores (Diretor
Administrativo)

EXECUÇÃO DA PESQUISA

**Núcleo de Pesquisas em Economia do
Agronegócio (NPEA-UFSM)**

Nilson Luiz Costa (Pesquisador)
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)
Enio Giotto (Pesquisador)
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)
Júlia Laize B. Calgaro (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.03.0068
Convênio UFSM/FATEC

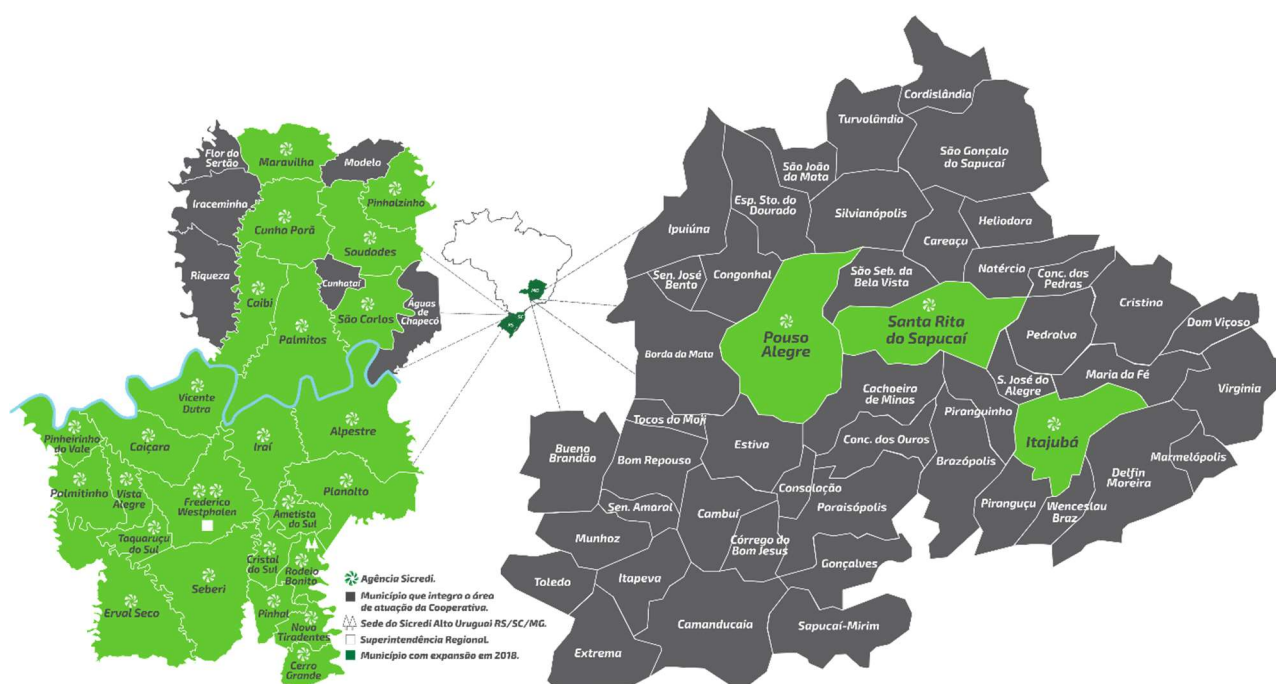
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DE TAQUARUÇU DO SUL/RS.....	7
2.1. Caracterização demográfica	7
2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Taquaruçu do Sul	8
2.2.1. Análise da Evolução do Produto Interno Bruto e da Estrutura Empresarial	9
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho	12
2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária.....	15
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento	23
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação.....	23
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil	25
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas.....	26
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal	27
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento.....	29
3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.....	31
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

1. INTRODUÇÃO

Buscando contribuir com o desenvolvimento coletivo local e regional, a Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG em parceria com Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no norte do Rio Grande do Sul e extremo oeste de Santa Catarina.

Figura 1. Área de abrangência da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG



Fonte: Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.

Esta iniciativa foi construída em cooperação entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e os atores locais e representantes das entidades públicas e privadas, ligadas aos diferentes setores da economia e sociedade e não representa posições próprias das instituições envolvidas e nem políticos partidários. Destaca-se, nesta iniciativa, os conhecimentos compartilhados, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor de todos os envolvidos.

Para conhecer a realidade e os níveis de desenvolvimento dos diversos municípios, foram utilizados dados primários e secundários. O levantamento de informações primárias foi

realizado através de entrevistas e reuniões com as pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios.

As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

As variáveis quantitativas foram analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e as variáveis qualitativas a partir da técnica qualitativa de análise de conteúdo.

Este capítulo, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Taquaruçu do Sul/RS** e está dividido em quatro seções. A primeira se constitui desta introdução. Na segunda apresenta-se a análise do perfil socioeconômico do município em questão. Na terceira seção, estão as principais contribuições de pessoas da sociedade e representantes de entidades para esta pesquisa. Na quarta seção são apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla um detalhamento das informações municipais analisadas no relatório “Empreender, Inovar e Transformar: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Regional”, no qual é apresentado uma reflexão sobre os níveis de desenvolvimento regional na área de atuação da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e está disponível no site desta organização (<http://www.sicredialtouruguai.coop.br/site/acceleracao-regional.html>).

2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DE TAQUARUÇU DO SUL/RS

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Taquaruçu do Sul/RS (2019), o município está situado na mesorregião Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, distante 425 Km da capital do estado, Porto Alegre.

Possui limites com os municípios de Vista Alegre e Palmitinho ao Norte, Frederico Westphalen e Seberi ao Leste, e Erval Seco ao Sul e Oeste.

Segundo a Lei nº 8.599 de 9 de maio de 1988, o município de Taquaruçu do Sul foi criado, sendo instalado em 1 de janeiro de 1989, desmembrando-se de Frederico Westphalen, com 77,7 Km quadrados.

O município possui clima subtropical e está a uma altitude média de 475 metros acima do nível do mar. Está localizado geograficamente a latitude de 27°25'00" ao Sul do Trópico de Capricórnio, e longitude de 53°27'00" ao Oeste do Meridiano de Greenwich.

2.1. Caracterização demográfica

A colonização se deu no ano de 1919 com descendentes de imigrantes italianos oriundos da região colonial da Serra Gaúcha e da Quarta Colônia que se estabeleceram no interior do município de Frederico Westphalen –RS.

O processo de emancipação de Taquaruçu do Sul iniciou em 1985, tendo seu êxito logrado apenas no ano de 1987, tornando-se assim, um município.

No ano de 2019, o IBGE (2019) estima que a população seja de 3.072 habitantes, mas a população verificada no Censo Demográfico de 2010 foi de 2.966 habitantes (Tabela 1).

Tabela 1. População residente, por sexo e local de residência: 2010.

	Masculino		Feminino		Total	
Urbano	574	38%	590	41%	1.164	39%
Rural	943	62%	859	59%	1.802	61%
Total	1.517	100%	1.449	100%	2.966	100%

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme é possível observar, 61% da população de Taquaruçu do Sul vive na zona rural, fato que reforça os traços agrícolas do município.

Do contingente populacional total (rural e urbano), 19% tem até 14 anos, 23% de 15 a 29 anos, 40% de 30 a 59 anos e 18% 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2. População residente, por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	292	19,25	275	18,98	567	19
15-29 anos	351	23,14	335	23,12	686	23
30-59 anos	630	41,53	567	39,13	1.197	40
60 ou mais	244	16,08	272	18,77	516	18
Totais	1.517	100	1.449	100	2.966	100

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme a Tabela 2, observa-se que mais de 60% da população, tanto feminina como masculina, enquadram-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Taquaruçu do Sul

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real¹), o Valor Agregado Bruto dos diferentes setores da economia², o PIB real *per capita*³, a demografia das empresas e organizações do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

¹ De acordo com PESSOA (2017), "O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia".

² De acordo com PESSOA (2017), o ou Valor Agregado Bruto ou "Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região".

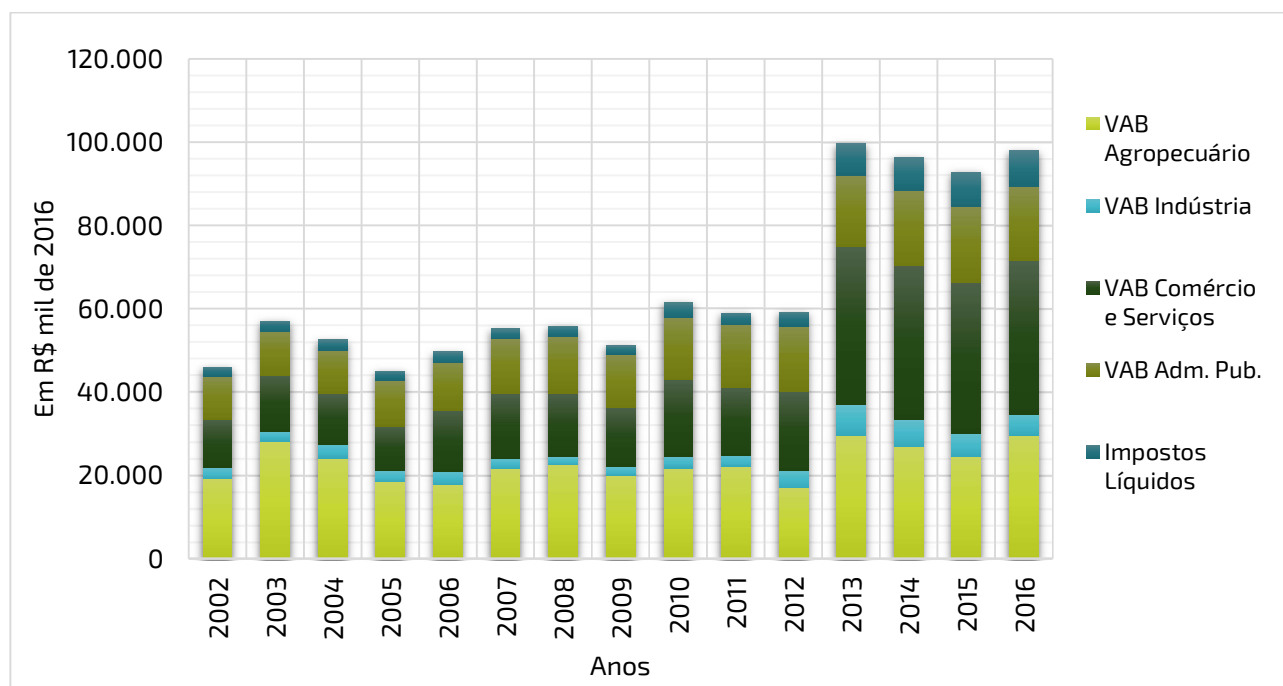
³ Segundo Mankiw (2015), "o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média".

2.2.1. Análise da Evolução do Produto Interno Bruto e da Estrutura Empresarial

Entre 2002 e 2016, o PIB Real do município evoluiu de R\$ 45,96 milhões para R\$ 97,97 milhões.

De 2013 a 2016 o PIB Real se manteve acima dos R\$ 90 milhões, mas em claro processo de estagnação.

Figura 2. Evolução do Valor Agregado Bruto Real (em R\$ Mil 2016) no município: 2002 a 2016

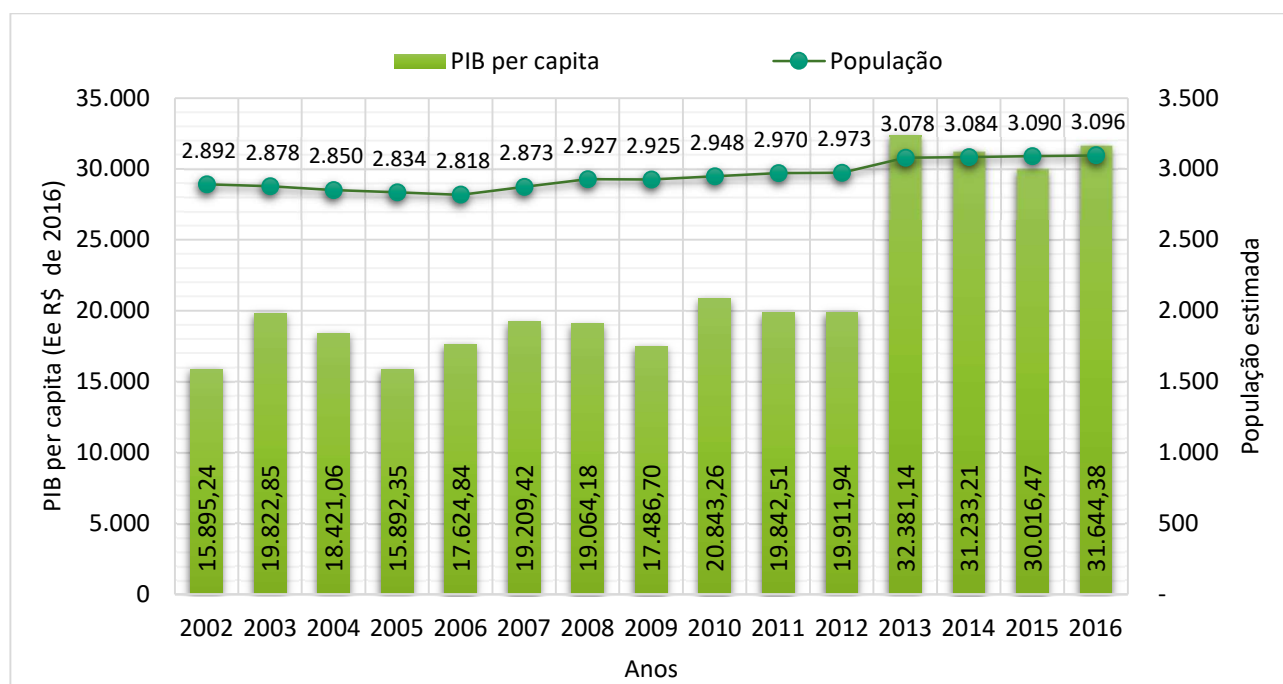


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Observou-se que entre 2002 e 2016 o contingente populacional situou-se entre 2.892 habitantes e 3.096 habitantes, ou seja, verificou-se crescimento de 7,05% entre 2002 e 2016 (Figura 3).

Do início do período analisado (2002) até o ano de 2016, o PIB *per capita* real evoluiu de R\$ 15.895,24 para R\$ 31.644,38, um crescimento de 99,08% conforme é possível observar na Figura 3.

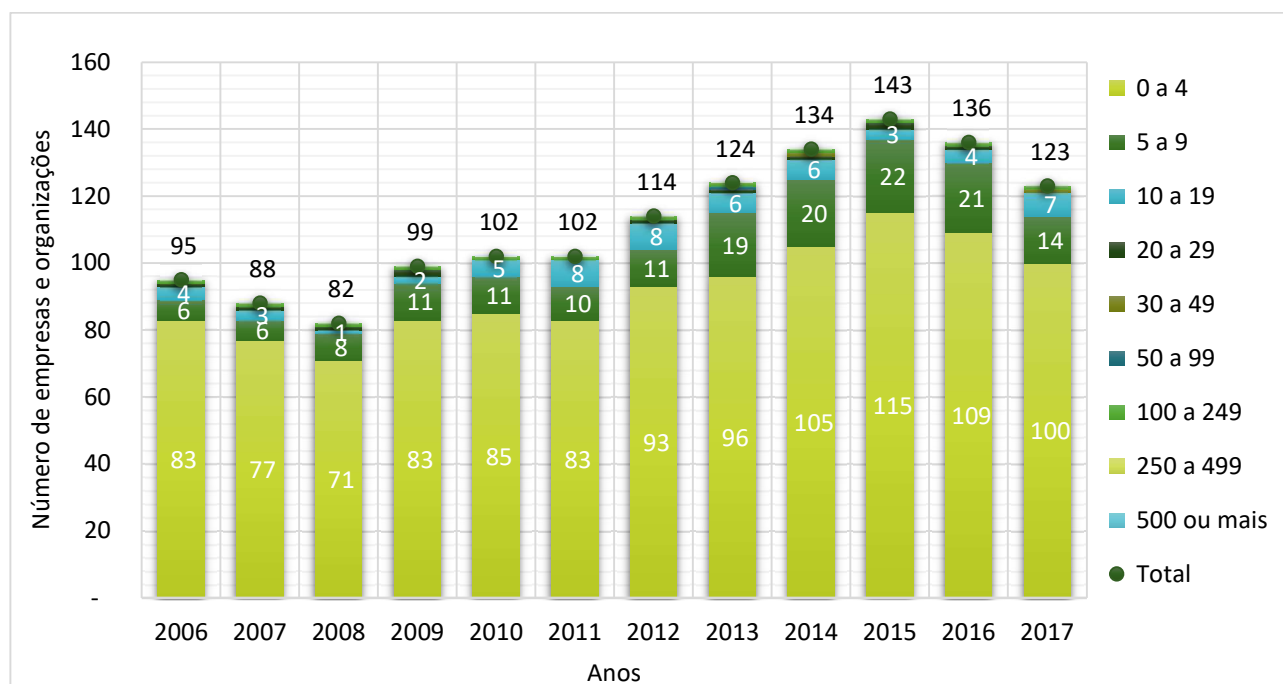
Figura 3. Produto Interno Bruto per capita (em R\$ de 2016) e população estimada do município: 2002 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A Figura 4 apresenta a composição da atividade empresarial no município.

Figura 4. Composição das empresas e organizações e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2017



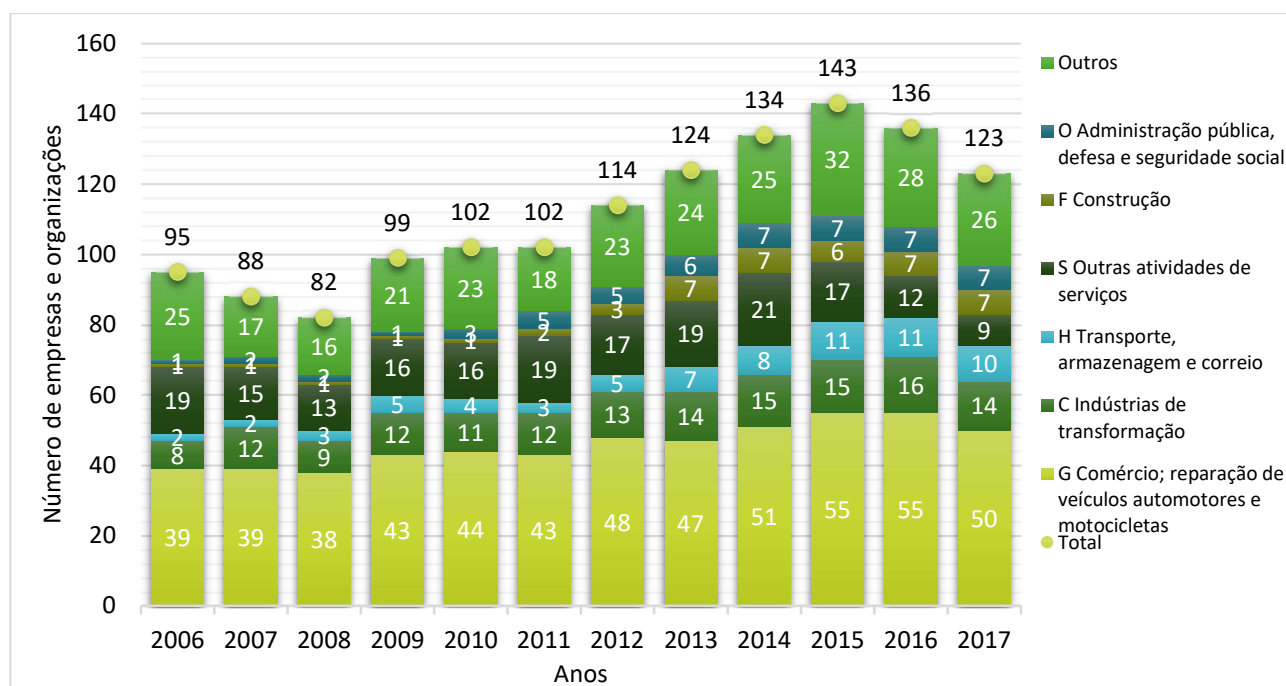
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos gerais, de acordo com a Figura 4, o município é composto principalmente por empresas e organizações que empregam de 0 a 4 empregados que juntas representam 81,30% das empresas e organizações do município no ano de 2017. Neste mesmo ano, 23 empresas e organizações empregavam mais de quatro funcionários, entre as quais, 14 situaram-se na faixa de 5 a 9 empregados.

Entre os anos de 2006 e 2008, o número de empresas foi reduzido de 95 para 82, mas entre 2009 e 2015 cresceu de 99 para 143. Em 2017 haviam 123 empresas e organizações, mas entre 2015 e 2017 destaca-se o encerramento de atividades de 20 empresas: 8 das quais empregavam de 5 a 9 funcionários e 2 empregavam entre 20 e 29 funcionários.

Na Figura 5 apresenta-se a evolução no número de empresas e organizações de todos os segmentos da economia municipal.

Figura 5. Composição das empresas e organizações e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

O segmento de comércio e oficinas mecânicas agrega o maior número de empresas e organizações (50, equivalente a 40,65% do total no ano de 2017). O segmento que representa as indústrias de transformação apresentou crescimento em 2017 se

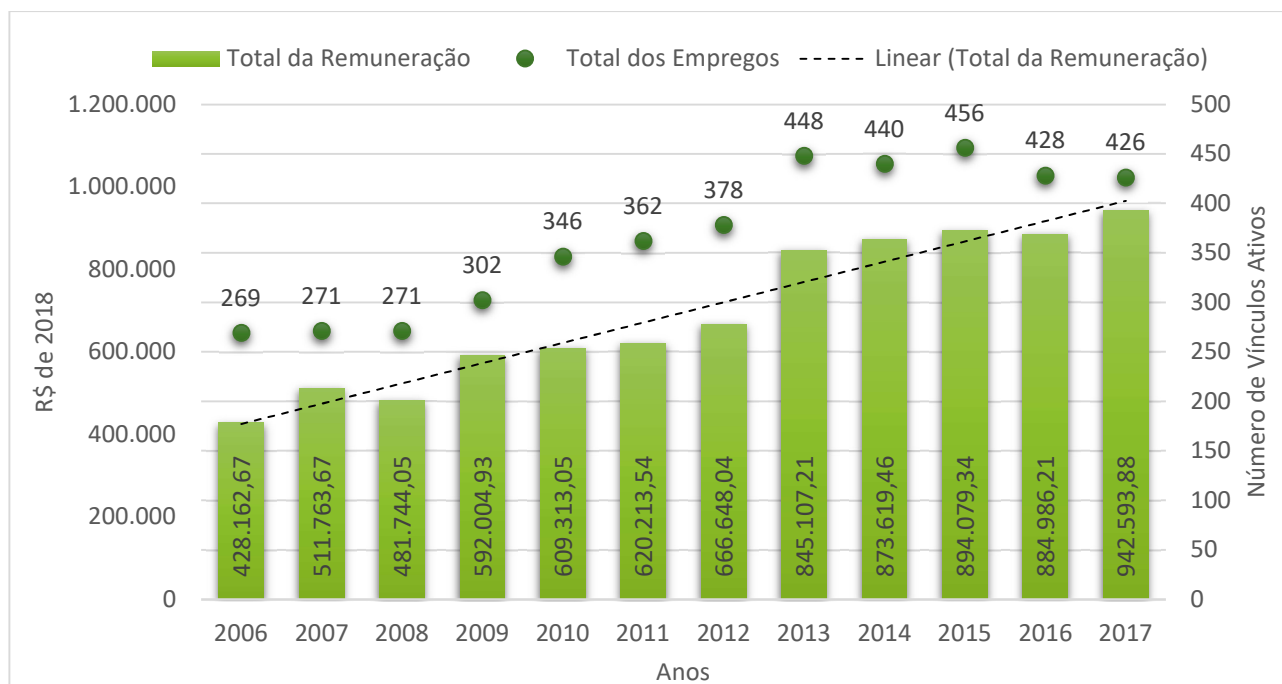
comparado ao ano de 2006, e responde por 11,38% do total de empresas e organizações em 2017.

Destaca-se também que esse setor diminuiu sua participação relativa, isto é, no ano de 2016 respondia por 16,84% das atividades, enquanto no ano de 2017 diminuiu para 11,38% do total das atividades conforme mencionado anteriormente. Portanto, observa-se que os segmentos de comércio e oficinas mecânicas e a indústria de transformação foram os que abrigaram a maior parte das empresas e organizações do município.

2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

O nível de emprego formal na economia municipal foi analisado por meio das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Figura 6. Número de Empregos Formais e Remuneração mensal (em R\$ de 2018): 2006 a 2017

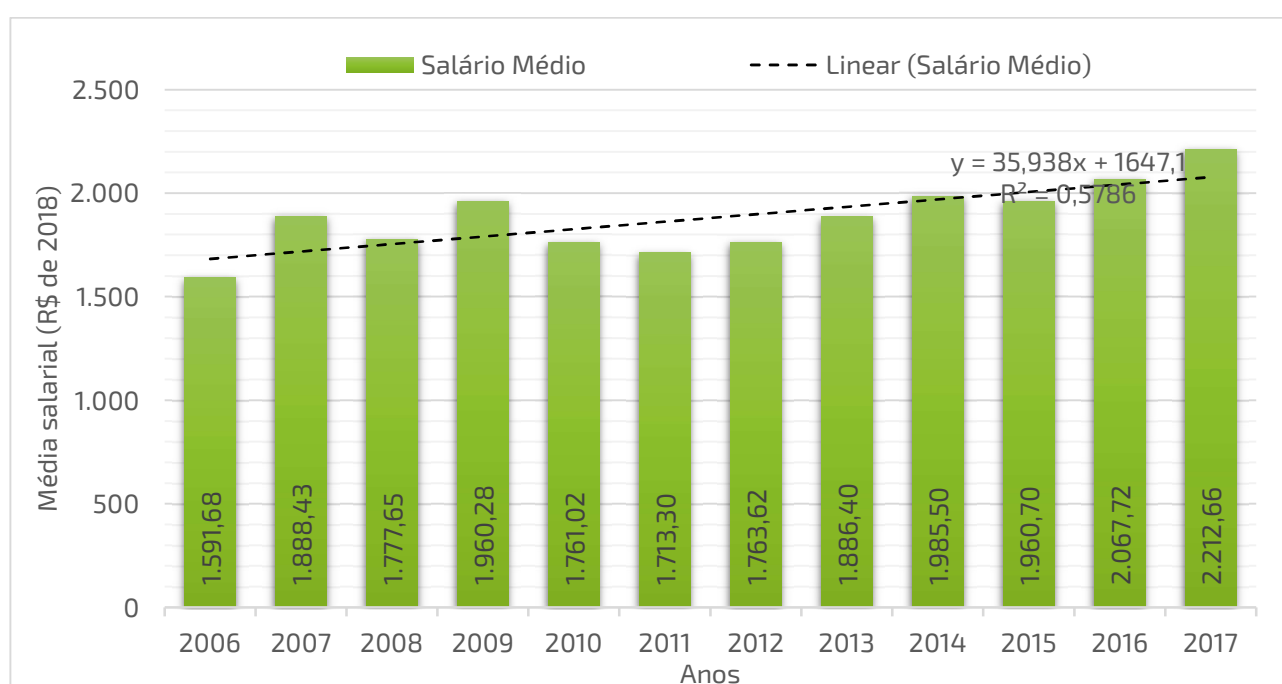


Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

A partir da Figura 6, observa-se que o município tem elevado o número de empregos e da massa salarial, partindo de 269 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 428.162,67 mil/mês em 2006 para 426 postos de trabalho em 2017, com um total de remuneração de R\$ 942.593,88 mil/mês em 2017.

Na Figura 7 demonstra-se a remuneração média desses postos de trabalho, onde se observa um crescimento de R\$ 1.591,68 por trabalhador em 2006 para R\$ 2.212,66 em 2017. Isso representou uma valorização nos salários médios praticados no município.

Figura 7. Remuneração média (em R\$ de 2018) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2017



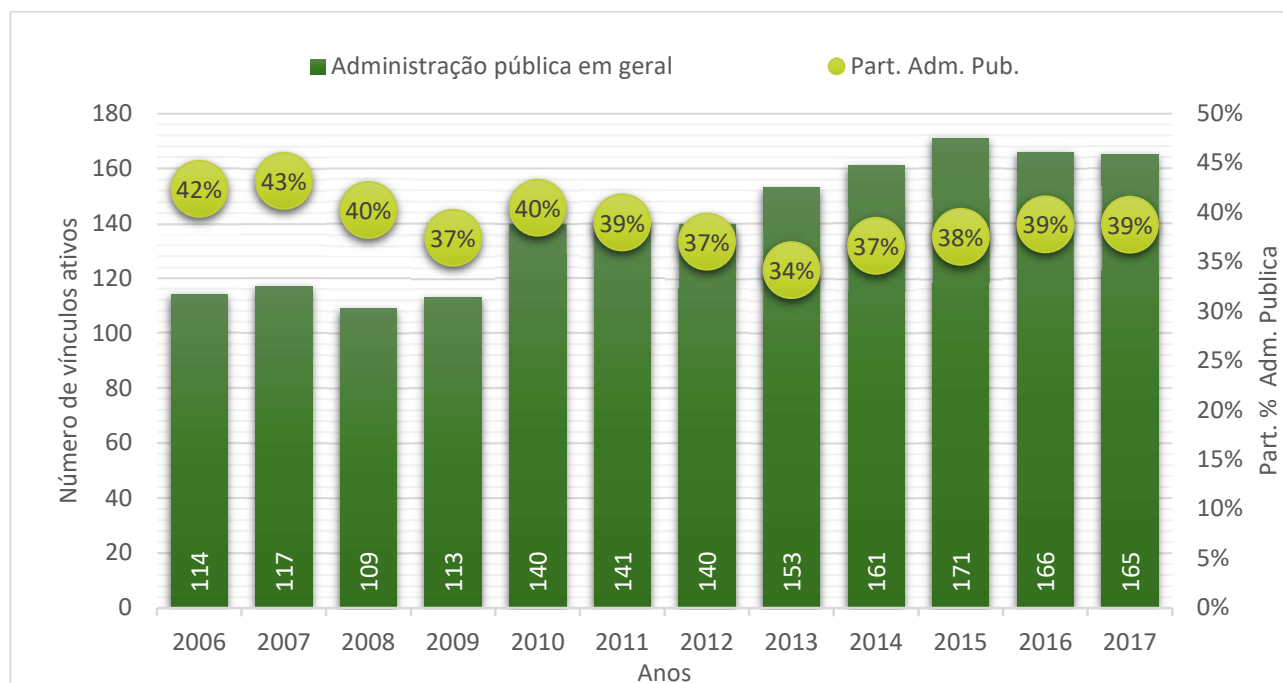
Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Na Figura 8 demonstra-se a participação dos postos de trabalho no setor público na economia do município. Em termos relativos, no ano de 2006, 42% dos empregos formais estavam vinculados ao setor público (saúde, educação e administração, entre outras carreiras públicas). Em 2017, este percentual foi de 39%, mas chegou a ser de 34% em 2013, o que reforça a importância do setor público para a economia municipal.

Neste contexto, percebeu-se elevação na oferta total de postos de trabalho da administração pública no município, de 114 empregos em 2006 para 165 em 2017, uma

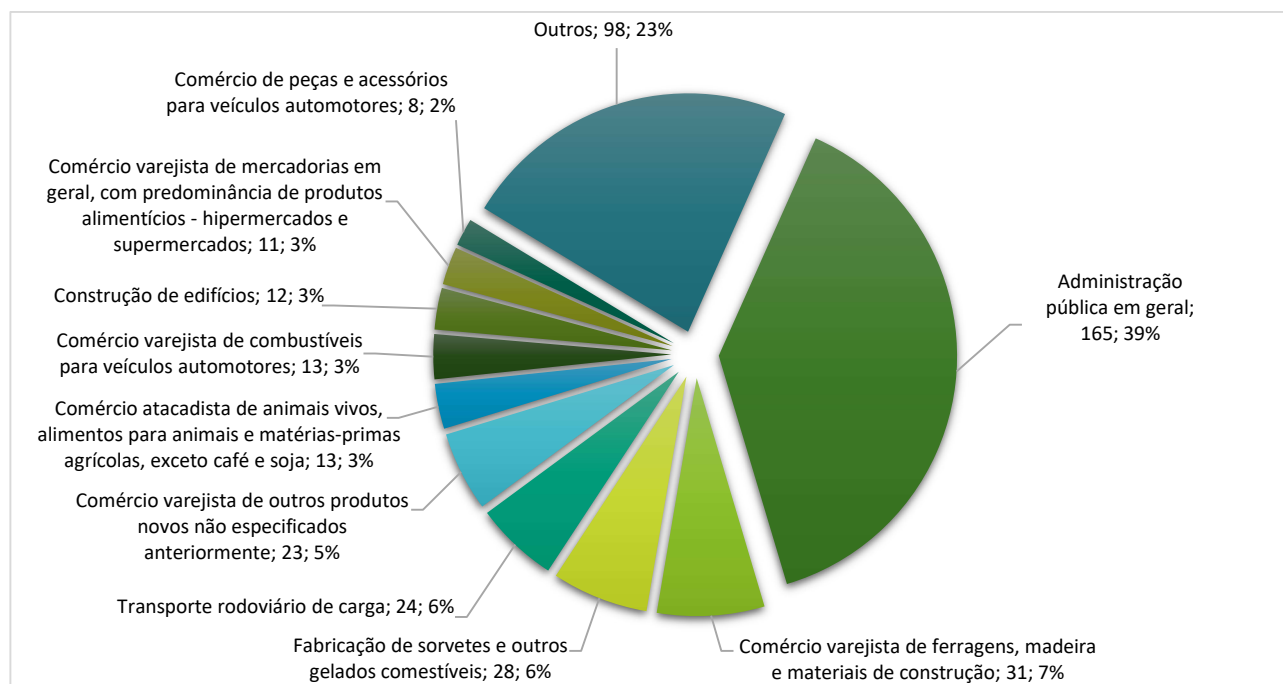
elevação de 44,74% ao longo do período. Também se verificou aumento dos postos de trabalho pelo setor privado, que passou de 269 em 2006 para 426 em 2017.

Figura 8. Número de Empregos da Administração Pública em Geral e Participação Percentual em relação ao total: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Figura 9. Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Na Figura 9 é possível verificar a estratificação pelas diversas áreas de atividade econômica no município.

Cerca de 39% estão vinculados à Administração Pública em Geral, 7% vinculados a empresas e organizações privadas ligadas ao Comércio Varejista de Ferragens, 7% à Fabricação de Sorvetes, e 6% ao Transporte de Rodoviário de Cargas, seguido de outras atividades.

Por fim, destaca-se que entre 2006 e 2017 foi possível identificar a geração de 157 novos postos de trabalho, sendo os principais, Administração Pública em Geral com 51 novos empregos, Comércio Varejista de Ferragens, madeira e materiais de construção (27), Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis (28), e Transporte rodoviário de carga (24).

2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades, onde 86,64% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 20 hectares) e concentram 66,92% da área. Observa-se ainda que 12,50% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos fiscais (20 a 40 hectares) e ocupam 25,55% da área total dos estabelecimentos do município, conforme é possível observar na Tabela 3.

Tabela 3. Estrutura fundiária do Município: 2019

Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	506	4.861,70	86,64	66,92
1-2	73	1.856,46	12,50	25,55
2-3	2	112,79	0,34	1,55
3-4	0	-	-	-
4-5	2	166,65	0,34	2,29
5-6	0	-	-	-
6-7	0	-	-	-
7-8	0	-	-	-
8-9	0	-	-	-

9-10	0	-	-	-
10-11	1	267,39	0,18	3,69
	584	7.264,98	100	100

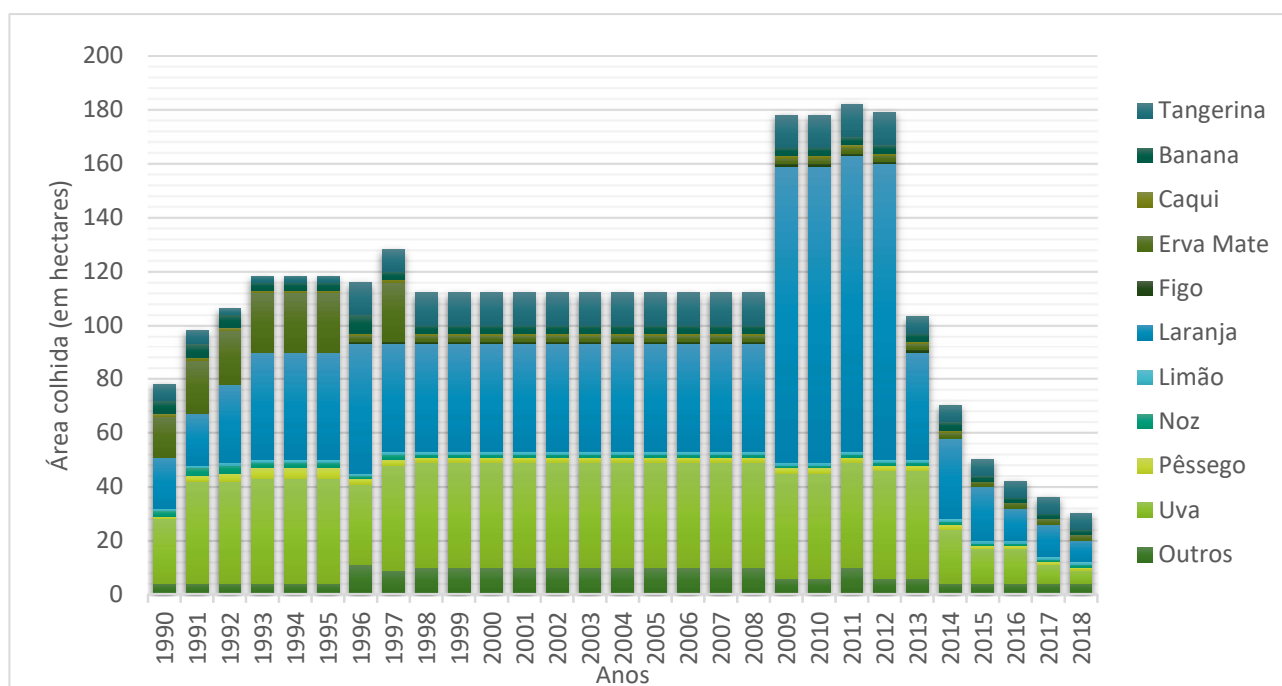
Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que 99,48% das propriedades rurais tem até 60 hectares e ocupam 94,02% da área dos imóveis rurais.

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 76 hectares para culturas perenes e 3.096 para a lavoura temporária.

A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2019), permite observar que a área colhida de lavoura permanente, após crescer de 1990 a 1997, manteve-se estagnada nos anos de 1998 a 2008 em 112 hectares. Após crescer bruscamente no ano de 2009, chegando a 178 hectares colhidos de cultura permanente, a área diminuiu para apenas 30 hectares no ano de 2017, conforme se observa na Figura 10.

Figura 10. Área Colhida de culturas de lavoura permanente: 1990 – 2018



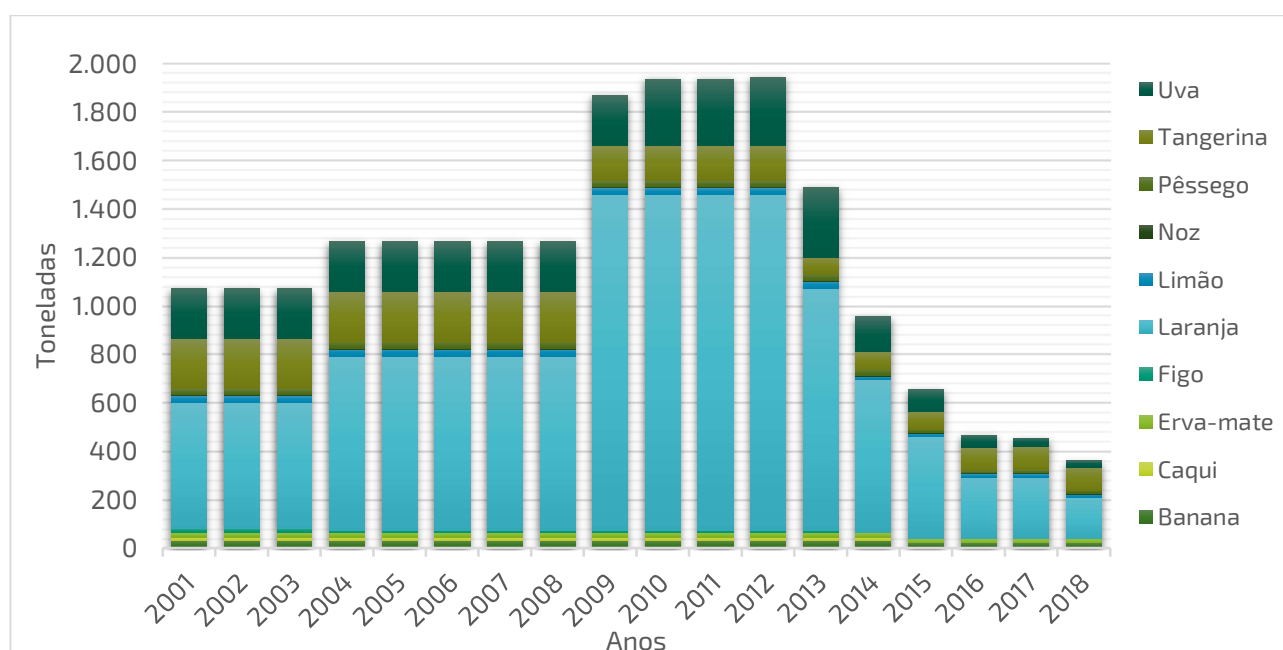
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A produção de uva, laranja e tangerina são as que mais impactam nas culturas permanentes, porém, as duas primeiras decaíram muito quando se compara os anos de 1990 e 2018. Em que a área colhida da uva passou de 24 para 5 hectares, e a área da laranja

passou de 19 para 8 hectares. A área colhida de tangerina era de 6 hectares em 1990, e terminou com a mesma quantidade no ano de 2017, mesmo após ter dobrado sua área no ano de 1996.

A Figura 11 permite observar a quantidade produzida de culturas de lavoura permanente no período 2001 a 2018. Entre as culturas de maior produção em 2018, destacam-se a laranja (168 toneladas), a tangerina (96 toneladas), a uva (25 toneladas), a erva-mate (19 toneladas), limão (15 toneladas), pêssago (12 toneladas) e noz pecã (4 toneladas).

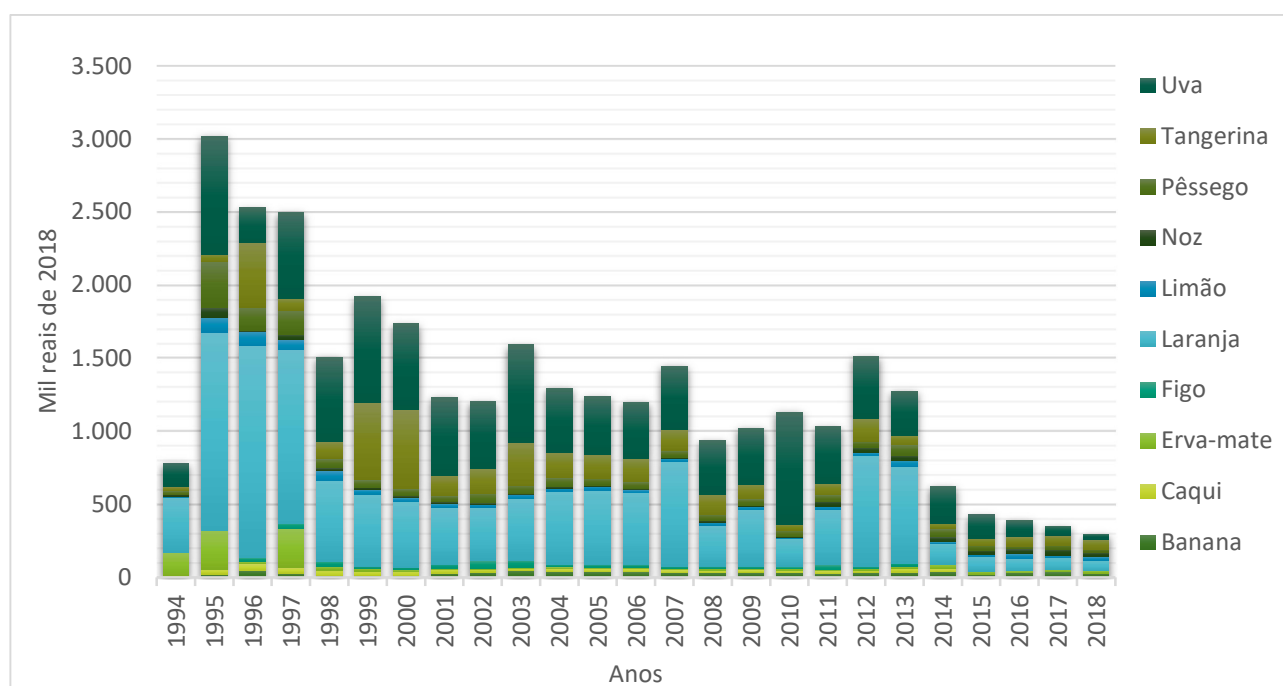
Figura 11. Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente em: 2001 – 2018



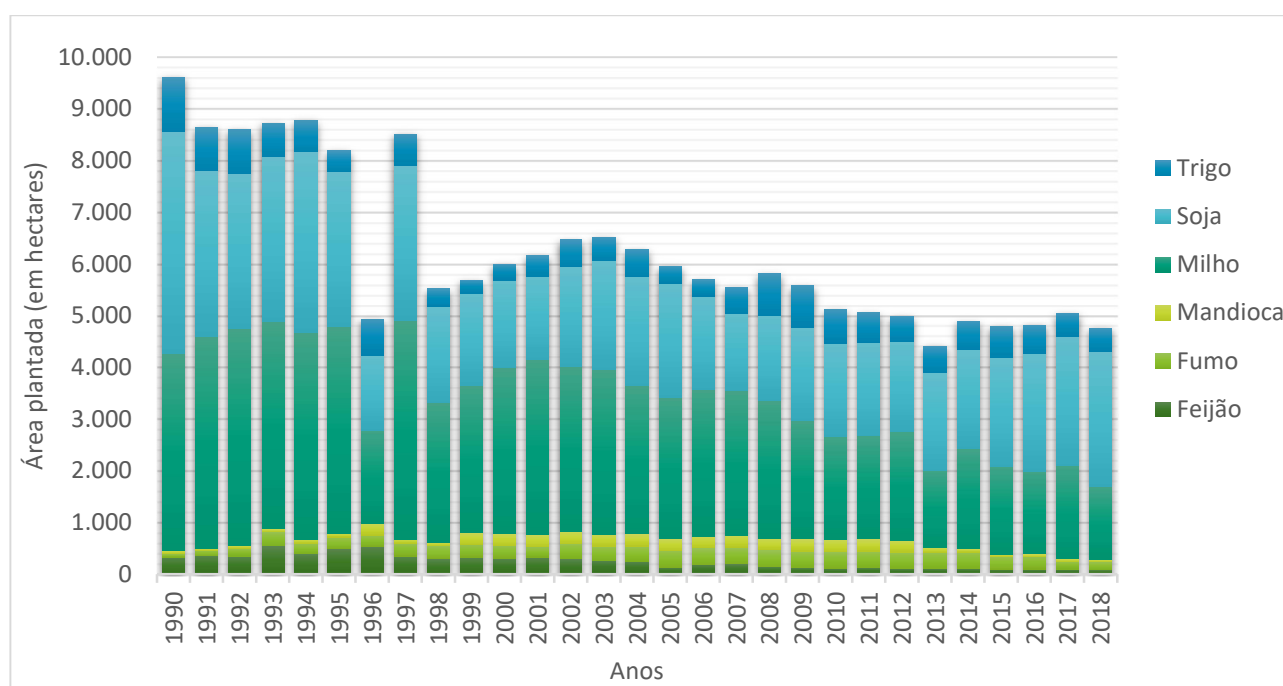
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A cultura da laranja cresceu consideravelmente entre 2001 e 2009, momento em que chegou a registrar 1,386 mil toneladas, mas após relativa estagnação entre 2009 e 2012, reduziu consideravelmente e concluiu 2018 com 168 toneladas, conforme é possível observar na Figura 11. As razões para esta retração devem ser investigadas com maior profundidade.

Pode-se observar na Figura 12 o comportamento do valor da Produção da Lavoura Permanente deflacionado pelo IGP-DI base de 2018. Neste contexto, observa-se que no ano de 1995 foi registrado o melhor desempenho (R\$ 3,244 milhões), e em 2018, o menor (R\$ 399 mil).

Figura 12. Valor da Produção da Lavoura Permanente (Mil Reais de 2018): 1994 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 13. Área Plantada de culturas de lavoura temporária: 1990 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em relação à lavoura temporária, é possível verificar que o milho, a soja e o trigo são as principais culturas (Figura 13).

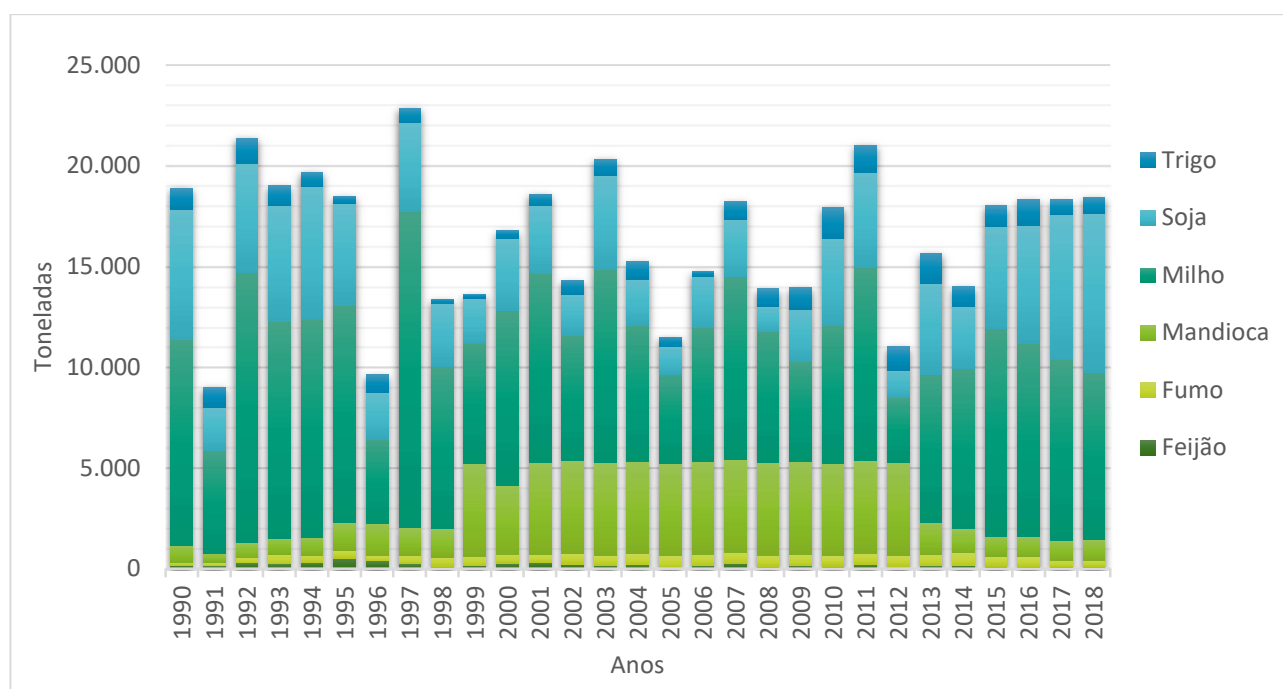
Em 1990, a área plantada de soja foi de 4.300 hectares, mas após redução, fechou 2018 em 2.620 hectares, o que representa um decréscimo de 39,07%.

A área plantada de milho foi de 3.800 hectares em 1990, mas após redução atingiu o patamar de 1.400 hectares em 2018, o que reflete um decréscimo de 63,16%.

A área plantada de trigo foi reduzida em 57,14% nos últimos 18 anos, passando de 1.050 hectares em 1990 para 450 hectares em 2018.

No município, também são registradas áreas de plantio de feijão, fumo e mandioca. Nos casos do feijão e da mandioca, observou-se redução na área plantada em 72,89% e 23,08% entre os anos 1990 e 2018. A área plantada de fumo aumentou em 130,77% neste período e alcançou 150 hectares.

Figura 14. Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária em: 1990 – 2018



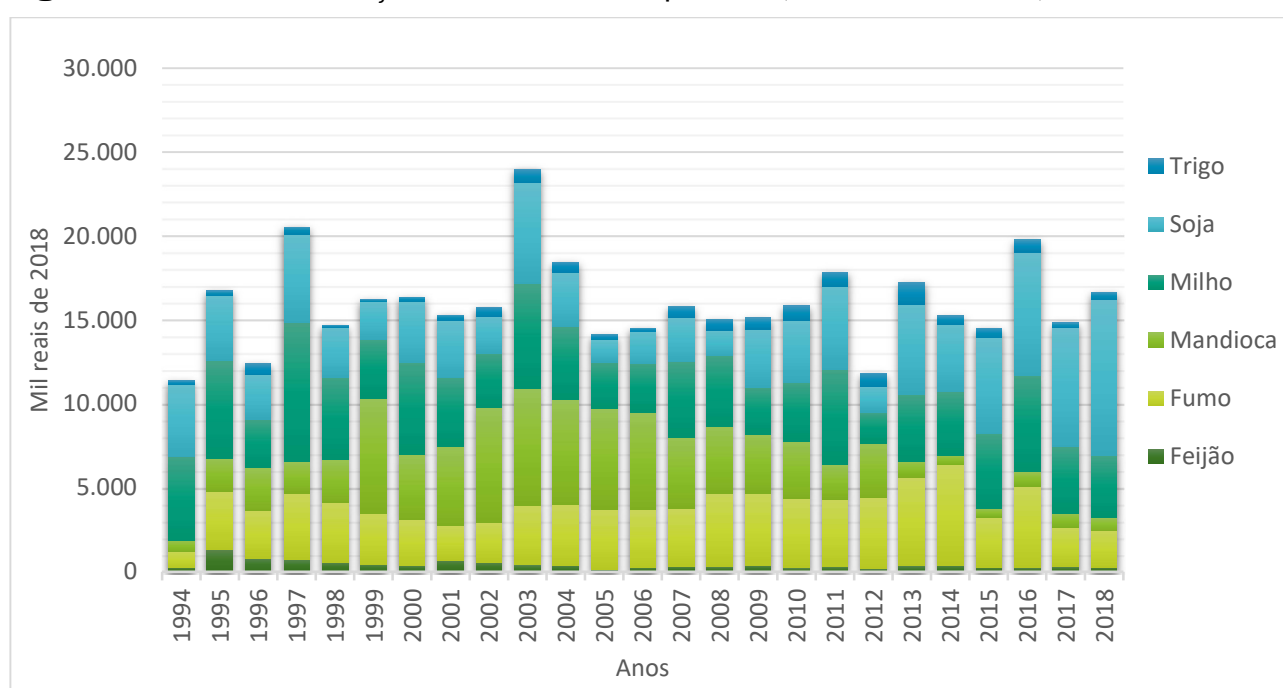
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Apresenta-se na Figura 14 a quantidade produzida de culturas de lavoura temporária. Verifica-se, primeiramente, as fortes oscilações no volume produzido, que chegou a aproximadamente 23 mil toneladas em 1997 e teve um mínimo de 9 mil toneladas em 1991, mas encerrou 2018 com a 18,5 mil toneladas.

Destaca-se que a soja aumentou sua participação em relação ao total produzido, passando de 34,18% (1990) para 47,79% (2018). Contudo, o milho, que representava 54,27% do total produzido em 1990 passou a representar 45,07% no ano de 2018.

Em termos reais⁴, é possível observar (Figura 15) que o valor da produção da lavoura temporária chegou a alcançar R\$ 23,97 milhões em 2003, mas encerrou 2018 com cerca de R\$ 16,65 milhões, com destaque para a soja (R\$ 9,24 milhões), o milho (R\$ 3,72 milhões) e o fumo (R\$ 2,20 milhões).

Figura 15. Valor da Produção da Lavoura Temporária (Mil Reais de 2018): 1994 – 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, na Figura 16 apresenta-se a evolução dos principais rebanhos pecuários.

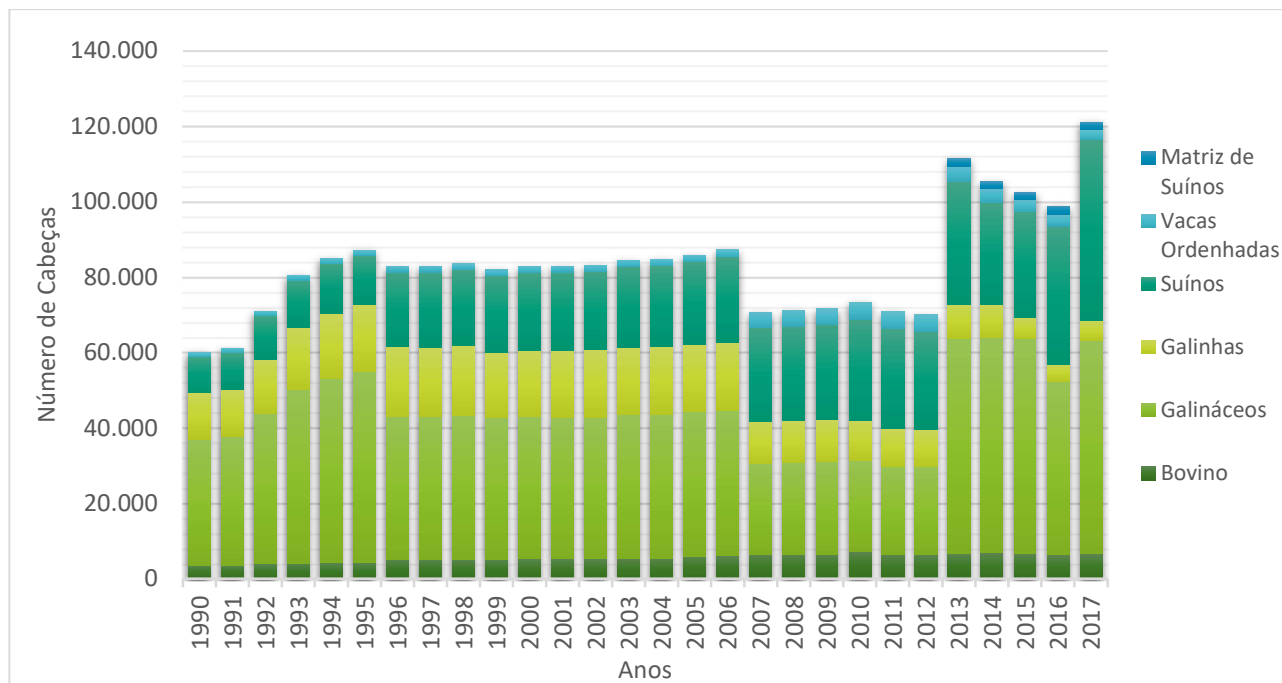
Neste sentido, observa-se que entre os anos de 1990 e 2017 (pontos extremos), o rebanho de galináceos⁵ diminuiu sua participação no quantitativo total anual de rebanhos, passando de 55,91% para 46,64%. O mesmo ocorreu com as galinhas, em que se observou

⁴ Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

⁵ Segundo o IBGE, a categoria “galináceos” engloba o total de aves da espécie *Gallus gallus* (galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhas).

uma redução de 20,70% para 4,42%. Diferentemente, o rebanho de suínos apresentou um aumento, de 15,8% em 1990 para 39,67% em 2017.

Figura 16. Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1990 – 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Já, em relação à produção animal, observou-se (Figura 17) que a produção leiteira comercial apresentou leve tendência de crescimento entre os anos de 1990 a 2006, mas a partir de 2007 cresceu fortemente, momento em que passou de 2,4 para 5,7 milhões de litros de leite, até o ano de 2014, quando atingiu 9,5 milhões de litros. Em 2015 apresentou redução, mas voltou a crescer e concluiu o ano de 2017 com uma produção de 9,2 milhões de litros de leite.

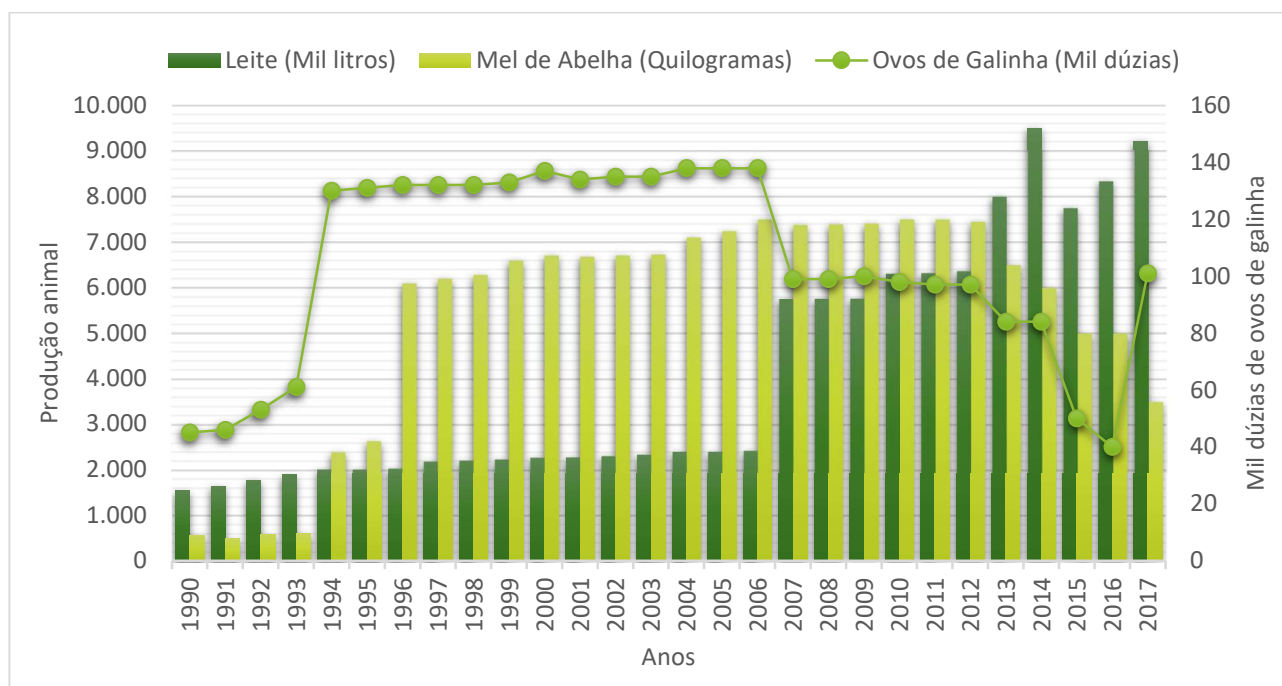
A produção de mel no município foi de 560 quilos em 1990. Essa produção cresceu durante o período analisado, mas nos últimos anos (2013 a 2017) foram registradas reduções e o volume produzido foi de 3,5 mil quilos em 2017.

Quanto à produção de ovos de galinha, o período de 1990 a 2006 foi considerado positivo, pois foi registrado um aumento de 45 mil dúzias no ano de 1990 para 138 mil dúzias em 2006. Contudo, nos anos posteriores a produção passou por momentos de estagnação e redução até o ano de 2016.

Houve uma recuperação da produção em 2017, momento em que foi registrado a produção de 101 mil dúzias.

Também foram registradas a produção de ovos de codorna, entretanto, em escala inferior, de cerca de mil dúzias anuais entre 2014 a 2017.

Figura 17. Produção animal: 1990 - 2017

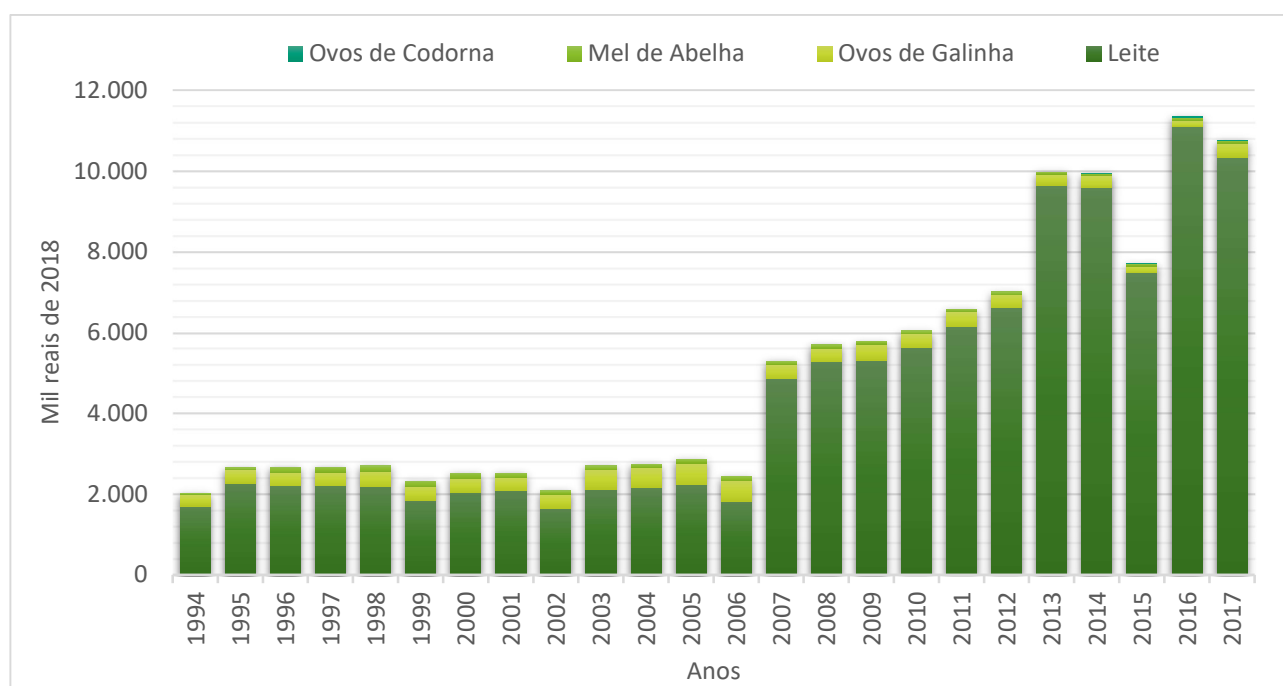


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Neste sentido, o rebanho leiteiro é a atividade de maior impacto no valor da produção animal (Figura 18), onde, no ano de 2017, foi responsável por 96,11% do Valor Total da Produção Animal.

No mesmo ano, o valor obtido com a venda de ovos de galinha foi responsável por 3,20% do valor total, seguido da venda de mel (0,67%) e da venda de ovos de codorna (0,03%).

Apesar dos produtos agropecuários apresentarem algumas oscilações na quantidade produzida e no valor obtido pela venda dos mesmos, o valor da produção evoluiu de R\$ 2,4 milhões para R\$ 10,7 milhões entre 2006 e 2017, o que atesta a importância do setor agropecuário para o município.

Figura 18. Valor da Produção Animal (Mil Reais de 2018): 1994 – 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

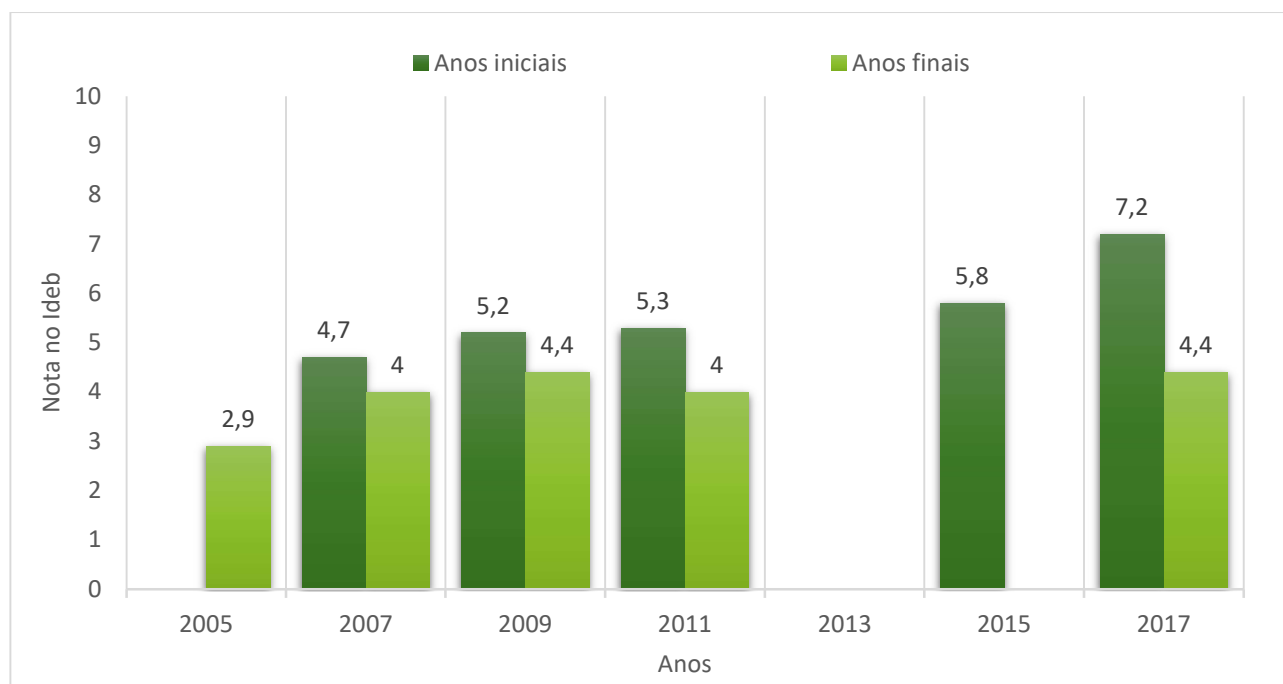
De acordo com os dados do IBGE (2019), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) foi de 98,4%, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil.

Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 349 matrículas no ensino fundamental e 72 no ensino médio.

Em 2018, cerca de 27 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 14 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 2 escolas no ensino fundamental e 1 escola no ensino médio.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) tem evoluído no município, conforme é possível observar na Figura 19.

Figura 19. IDEB das escolas do município de Taquaruçu do Sul/RS: 2005 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Neste sentido, pode-se perceber que a educação dos anos iniciais evoluiu de 2007 até 2017, de 4,7 a 7,2 de nota. Sendo que não há informações no ano de 2005 e 2013.

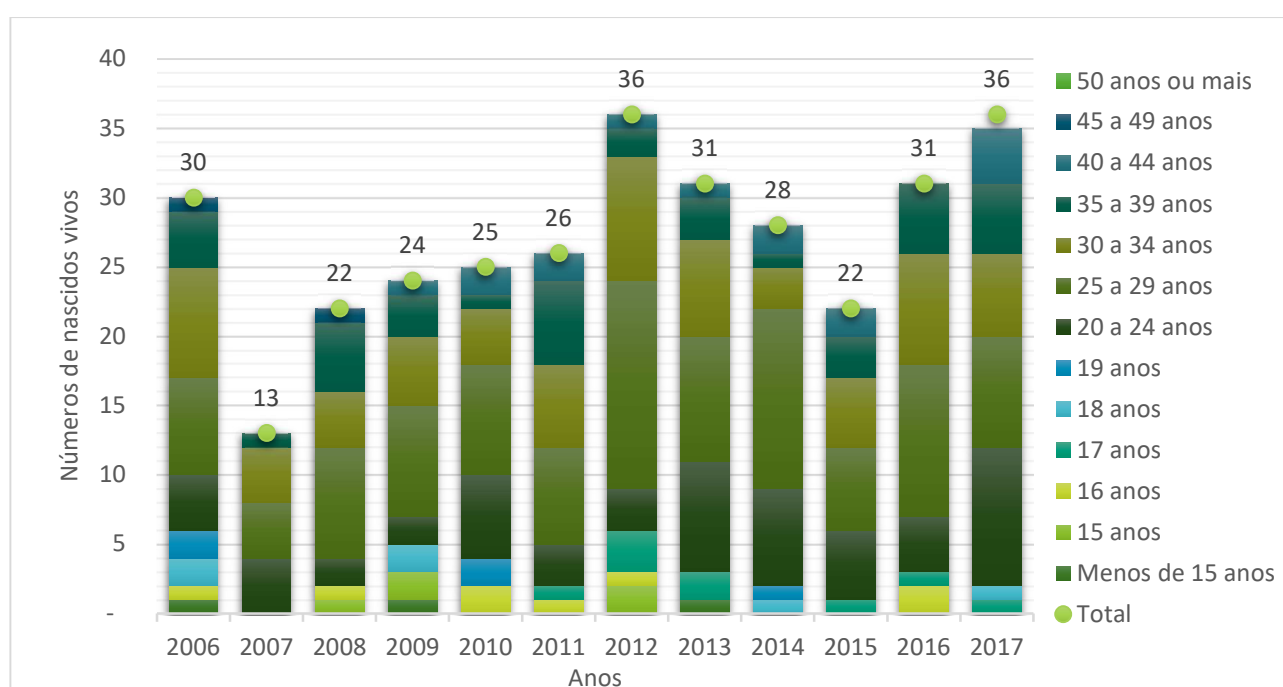
Em relação aos anos finais da educação, pode-se perceber que o desempenho dos alunos do município durante o período estudado veio crescendo de 2005 a 2009, passado de 2,9 a 4,4. Porém caiu em 2011 para a nota 4. Teve-se uma pequena melhora no desempenho no ano de 2017 atingindo uma nota 4,4.

2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

De acordo com estatísticas do IBGE (2019), o município partiu de 30 nascidos vivos em 2006 para 36 em 2017, ano em que apresentou o maior número de nascidos vivos do período, mesmo quantitativo encontrado no ano de 2012.

Destaca-se que as mães com idades entre 20 a 24 anos, 25 a 29 anos e as de 30 a 34 anos são responsáveis pelo maior número de partos (Figura 20).

Figura 20. Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Taquaruçu do Sul/RS: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em 2017 foi registrado somente um parto em mãe com menos de 18 anos, o que não representa uma proporção elevada quando comparado a outros municípios onde se tem maior precocidade destas crianças e adolescentes mães. Por outro lado, neste mesmo ano foram registrados quatro partos de mães com mais de quarenta anos.

A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que “a taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 33.33 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.3 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 1 de 497 e 324 de 497, respectivamente. Quando

comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1 de 5570 e 3907 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

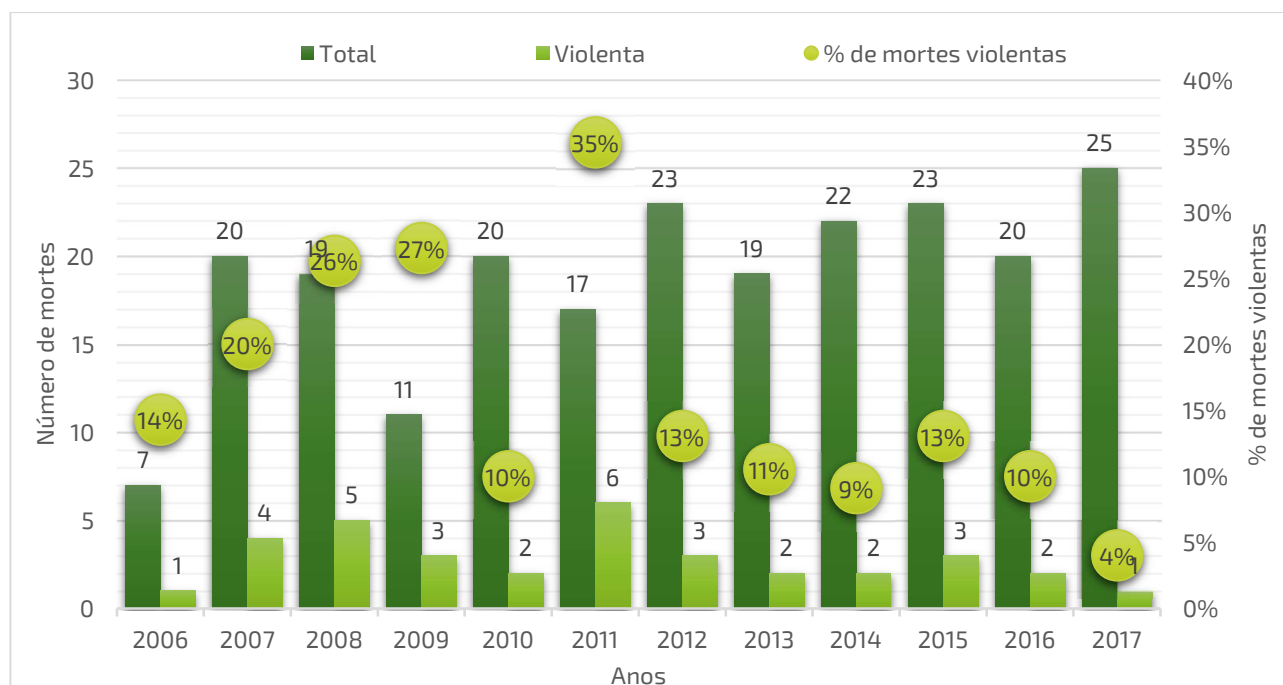
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Neste contexto, o número de mortes violentas nos anos de 2006 e 2017 (pontos extremos) foi de 14% e 4% respectivamente.

Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 226 óbitos, dos quais 34 (15%) ocorreram de forma violenta.

Na Figura 21 é possível verificar que o percentual de 2017 foi o mais baixo do período (4%), enquanto o do ano de 2011 foi o mais alto (35%), ano em que ocorreram 06 mortes violentas.

Figura 21. Óbitos, por natureza, em Taquaruçu do Sul/RS: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2006 com 7 mortes, destas 1 foi violenta. Por outro lado, o maior número de mortes ocorreu no ano de 2017 em um total de 25 mortes, sendo que 1 destas foi de forma violenta.

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 15% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

“O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes” (FIRJAN, 2019).

Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM. Neste sentido:

- a. Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- b. Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- c. Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- d. Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

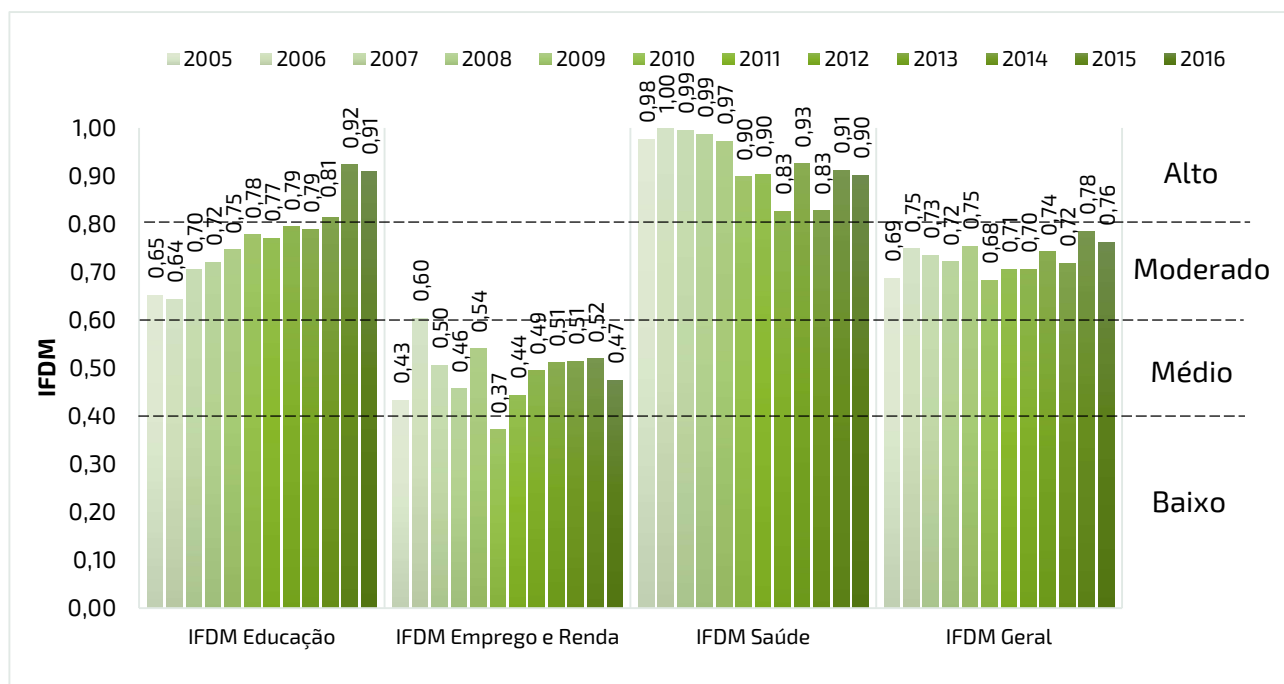
A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1. Resumo dos Componentes do IFDM

Emprego & Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> Geração de empregos formais Taxa de formalização do mercado de trabalho Geração de renda Massa salarial real no mercado de trabalho formal Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento à educação infantil Abandono no ensino fundamental Distorção idade-série no ensino fundamental Docentes com ensino superior no ensino fundamental Média de horas aula diárias no ensino fundamental Resultado do IDEB no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> Proporção de atendimento adequado de pré-natal Óbitos por causas mal definidas Óbitos infantis por causas evitáveis Internação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Extraído de FIRJAN (2019).

Neste sentido, de acordo com Figura 22, as áreas de saúde e de educação foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016. Por outro lado, a área relativa o emprego e renda obteve o menor índice no período estudado, o que reflete as condições de dificuldades econômicas e, principalmente, o baixo nível de diversificação da economia local.

Figura 22. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal: 2005 – 2016

Fonte: FIRJAN (2019).

Observa-se que o município melhorou o índice de 2005 a 2016, com exceção do índice da Saúde que fechou abaixo do inicial. Em termos gerais, o desenvolvimento municipal é considerado moderado.

Por fim, em um contexto como o observado, em que o emprego é restrito e existem muitas áreas da socioeconomia que precisam crescer e se desenvolver, destaca-se a importância das ações de políticas públicas e privadas, ambas com foco em empreendedorismo, inovação e associativismo.

2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

As condições ambientais estão entre as variáveis que geram impacto direto na qualidade de vida da população. Para analisar esta dimensão, observaram-se questões relacionadas ao urbano e ao rural.

Em relação ao meio ambiente urbano, destaca-se que Taquaruçu do Sul possui "30.4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 60.1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 32.9% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 334 de 497, 388 de 497 e 129 de 497, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3097 de 5570, 3678 de 5570 e 1069 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui 7.684,80 mil hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 7.264,98 mil hectares. Destes, 9,83 foi declarado como Área de Proteção Permanente (APP), e 12,27% como Reserva Legal, conforme é possível observar na Tabela 4.

Tabela 4. Perfil Ambiental do Município: 2019

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	7.684,80	
Número de imóveis rurais	584	
Área total dos imóveis rurais	7.264,98	94,54
Área média:	12,44	
Área mínima/máxima:	0,20 / 267,39	

APP	714,43	9,83
APP - Recomposição	12,77	0,18
Reserva Legal	891,73	12,27
Vegetação Nativa	1.613,21	22,21
Servidão Administrativa	108,35	1,49
Área Consolidada	5.070,15	69,79
Banhados	0,05	0
Número de Nascentes	48,00	0
Uso Restrito	262,30	3,61
Hidrografia	124,76	1,72
Topo de Morro	1	0,01
Áreas: Não Declarada - Outras	419,82	5,46

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Conforme se observa na Tabela 5, os dados permitem observar que dos 584 imóveis rurais, cerca de 62% mantém APP.

Tabela 5. Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: 2019

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA ¹	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA ²	% IR com EA ³	% IR sem EA ⁴
APP	364	727	220	62	38
Área Consolidada	547	5.070	37	94	6
Banhado	1	0	583	0	100
Hidrografia	362	79	222	62	38
Nascente olho d'água	42	-	542	7	93
Reserva Legal	320	892	264	55	45
Servidão Administrativa	457	108	127	78	22
Uso Restrito	136	262	448	23	77
Vegetação Nativa	516	1.613	68	88	12
Área topo de morro	-	-			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR – TAQUARUÇU DO SUL					
Número Total de I.R.:	584	7.264,98			
Área Total do Município:		7.684,80			
% Área declarada/Área Município:		94,54			

¹ Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

² Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

³ Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

⁴ Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

O presente estudo se constitui como subsídio para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto, conhecer a realidade passa a ser importante para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto deve-se destacar algumas lições deixadas por Barquero (2002):

1. **Não há desenvolvimento sem** formação de **excedentes**.
2. Pensar o **desenvolvimento implica** pensar a dinâmica de **produção e produtividade** na região.
3. O **perfil** e a estrutura do **sistema produtivo local** e sua **aderência** ao **mercado** regional, **nacional** e **global** são aspectos **importantes** para o desenvolvimento.
4. A **utilização** e **valorização** de **recursos locais** e a capacidade de controle do processo de acumulação são elementos importantes.
5. Os **atores locais podem liderar** o processo de **mudança estrutural**.
6. **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** são importantes, assim como a **cultura empreendedora**, as **instituições**, as **redes**, a **ação cooperada** e o **crédito**.

A atividade produtiva derivada de grandes investimentos é ótima e deve ser estimulada, mas como depende de agentes externos, nem sempre se consolida em pequenos municípios com economia de base primária. Em função disso, fortalecer as cadeias produtivas presentes e, em especial, as relações entre os produtores e os canais de comercialização podem ajudar a ampliar a base exportadora regional.

Ampliar a especialização produtiva de setores específicos, favorecer a inovação, ampliar a produtividade e a competitividade para alcançar mercados regionais, nacionais e internacionais deve ser o foco.

Neste processo, fazer o básico bem feito pode ser um grande avanço e isto significa: a) capacitar as pessoas a fazer uma gestão mais profissionalizada de seus empreendimentos, seja no urbano ou no rural; b) cooperar mais; c) inovar mais; d)

empreender mais; e) sair da inércia, e f) assumir que cada cidadão e cidadã tem o compromisso de deixar para seus filhos e netos um município melhor do que recebeu de seus pais e avós.

É importante destacar que algumas iniciativas já estão em curso. Entretanto, conforme destacado no Quadro 2, pode-se perceber que as pessoas e entidades abordadas destacam alguns setores que merecem receber mais atenção quanto a investimentos

Por fim, destaca-se a importância do papel das instituições, políticas e estratégias de desenvolvimento, do capital social, do capital humano, das ações de inovação e difusão de conhecimento, da organização da produção e das condições de infraestrutura no processo de mudança e aperfeiçoamento exigido no atual cenário econômico estadual, brasileiro e internacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os municípios apresentam potencial para o desenvolvimento, para tanto, necessitam de ações de organização social e empreendedorismo, com programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócios e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados e para a preparação das gerações futuras.

Existe uma força social que deve ser estimulada e, neste processo, sempre que as entidades sociais se unem para identificar alternativas e planejar o desenvolvimento, novas oportunidades podem ser encontradas.

Dentre as estratégias de superação, as forças sociais, devem ter como norte, a busca constante de parcerias, seja no mundo empresarial, político e educacional, promovendo uma sinergia tal que conduza o município para apenas um rumo, o do desenvolvimento.

Neste contexto, passamos a elencar algumas ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas:

Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes.

Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais, principalmente utilizadas nas rotas de leite e produção de proteína animal;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;
- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;

- g. Nos casos onde não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já está em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por universidades, institutos federais e escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento também passa pela qualificação da geração atual, assim como das futuras gerações, através de programas como o Líder Jovem, entre outros, que tem o propósito de formar cidadãos e cidadãs comprometidas em deixar para seus filhos e netos um município e região melhor do que recebeu de seus pais e avós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2019. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em nov/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2019. Acesso em out/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades, Histórico e dados do município de Taquaruçu do Sul (RS). 2019. Acesso em out/2019.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho.

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUÇU DO SUL (RS). Dados Geográficos e História. 2019. Disponível em: <https://www.taquarucudosulrs.com.br/nossomunicipio>. Acesso em: nov/2019.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão do Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2019.